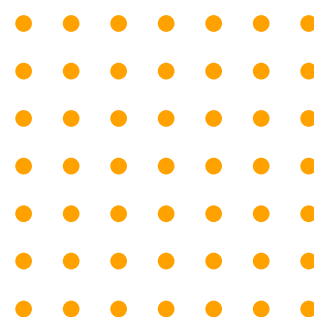


CONTEXTO E POSSIBILIDADES

A implementação das ações afirmativas na UNEB é fruto das lutas empreendidas pelos movimentos negros desde o período da redemocratização do país, incidindo de maneira efetiva na elaboração da Constituição de 1988, tencionando o Estado por políticas públicas educacionais. É importante destacar nesse contexto de luta, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995 que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília e a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, em 2001, ocorrida em Durban na África do Sul, como ações que repercutiram na formulação de políticas públicas no Brasil resultando entre outras conquistas na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ligada à presidência da República e na sanção da Lei 10.639 que determinou a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica e superior, em 2003. Do mesmo modo, a criação do Estatuto da Igualdade Racial, com a promulgação da Lei 12.888 de 2010. Essas foram conquistas importantes na tentativa de correção das desigualdades raciais e no enfrentamento ao racismo e ao preconceito.



Desse contexto social emergem as reações organizadas dos movimentos negros e setores antirracistas nas universidades públicas no sentido de construir os caminhos para a efetiva implementação das ações afirmativas no ensino superior público. A UNEB em 2002, através do seu Conselho Universitário, Resolução N° 196/2002, aprova de maneira pioneira o sistema de cotas para o ingresso de estudantes negros e negras. Em 2007, através da Resolução 468/2007, delibera sobre a inclusão de estudantes indígenas no seu sistema de cotas. E em 2018, mantendo o seu pioneirismo, aprova a Resolução 1.339/2018, ampliando o ingresso através das cotas para estudantes quilombolas, ciganos/as, estudantes com deficiências, espectro autista e altas habilidades, travestis e transexuais




AÇÕES




▶ Instituir as bancas de heteroidentificação, tendo entre outras atribuições, a estruturação de mecanismos de combate às fraudes no ingresso através do sistema de cotas;

▶ Implementar a política de acompanhamento do sistema de cotas que possibilite a garantia de que apenas os sujeitos a que se destinam sejam atendidos pela política. O acompanhamento deverá ocorrer no processo do ingresso na instituição; nos programas, projetos e ações de apoio à permanência acadêmica; na continuidade no ensino superior; na conclusão e no ingresso ao mundo do trabalho a partir da titulação; criação de indicadores de acompanhamento da política pública com vista a sua otimização;

▶ Garantir que o sistema de cotas e o seu acompanhamento esteja presente em TODOS processos seletivos da universidade (discentes; docentes, pesquisadores convidados/visitantes; técnicos, analistas; trabalhadores terceirizados e temporário)




Garantir e ampliar as políticas de permanência acadêmica para estudantes cotistas na graduação e na pós-graduação, através de programas específicos de apoio à pesquisa e extensão, com oferta de bolsas; editais de apoio à publicação científica (revisão linguística, revisão de ABNT/APA; tradução para inglês, francês ou espanhol); edital específico para participação em eventos científicos (com apresentação de trabalhos)



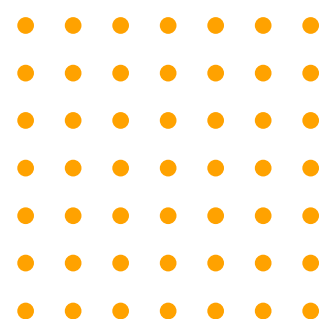
Sistematização dos programas, projetos e ações em torno das ações afirmativas na forma de uma Política Institucional de Ações Afirmativas voltada para discentes; docentes, pesquisadores convidados/visitantes; técnicos, analistas; trabalhadores terceirizados e temporário

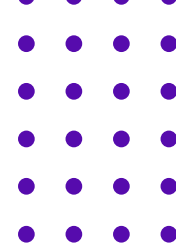


Instituição da Política de Acessibilidade e Inclusão, através do diálogo com o organismo gestor da política.




Oferta de graduação e pós-graduação para atender as demandas da Educação Quilombola; fortalecer a política de Educação Intercultural Indígena;







Criação de Política Institucional de Equidade de Gênero e Valorização da Diferença.




Criação e implementação de Programa Institucional de enfrentamento ao racismo, sexismo, LGBTFobia, capacitismo voltados a todos os atores educativos (discentes; docentes, pesquisadores convidados/visitantes; técnicos, analistas; trabalhadores terceirizados e temporário)




Garantir o apoio institucional para a realização da Conferência de Estudantes Cotistas da UNEB – CONFICOTAS.



Criação de Fórum permanente de diálogo com os movimentos sociais, organizações não governamentais, conselhos, objetivando aprimorar e ampliar as políticas de ações afirmativas no ensino superior (ensino, pesquisa e extensão).



Propor a criação de uma Lei Estadual das Ações Afirmativas junto a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.



Implantar o Observatório das Ações Afirmativas da UNEB, objetivando produzir e/ou agregar informações, organizar acervo que auxilie nas pesquisas sobre o tema, criar e/ou sugerir aperfeiçoamentos nas políticas afirmativas da universidade.